

Ilusões e perigos da moratória

21 ABR 1987

ESTADO DE SÃO PAULO

Tendo em mãos o 14º volume da série "Brasil — Programa Econômico", os credores estrangeiros percebem toda a fragilidade da posição do Brasil, independentemente da suspensão do pagamento dos juros sobre a dívida externa, de médio e longo prazos. Os dados fornecidos pelo Banco Central mostram, com nitidez, a debilidade da posição do Brasil no tocante à negociação da dívida, e oferecem aos credores novas armas para que proponham e imponham uma solução diferente da pretendida por nosso governo.

O documento submetido aos credores mostra que, segundo a estimativa do Banco Central, o balanço de pagamentos do Brasil, em 1987, apresenta um claro de 4.340 milhões de dólares, que justifica ao mesmo tempo a suspensão do pagamento de juros e o pedido de novos recursos, nesse montante, destinados a honrar os compromissos assumidos. Ao analisar tais dados, os credores descobriram, porém, que a posição do Brasil é muito mais fraca, pois a necessidade de *new money* foi calculada com base em estimativas demasiado otimistas. Estima-se que a necessidade, se

não houver intervenção do FMI, corresponde ao dobro da previsão feita pelas autoridades brasileiras.

A primeira e grave dúvida diz respeito ao saldo da balança comercial. A previsão do Banco Central — um superávit de oito bilhões de dólares — é questionada pelos credores, que, diante dos resultados alcançados até agora, estimam o saldo em somente cinco a seis bilhões de dólares. Deste modo, a carência de recursos poderia chegar a seis ou sete bilhões de dólares.

Há, porém, outro problema muito sério com a balança comercial. O Brasil está pagando hoje as compras no Exterior feitas há quatro ou cinco meses, e o encurtamento das linhas de crédito poderá exigir desembolsos muito maiores, que reduziriam mais ainda as reservas já seriamente abaladas.

O Banco Central estima em 2.531 milhões de dólares o desembolso efetivo dos organismos internacionais (Banco Mundial e BID), mas os dois bilhões de dólares que se espera obter do Banco Mundial não deverão ir além de 1,6 bilhão de dólares.

Após o acordo com o Clube de Paris, assinado em janeiro, as autoridades brasileiras esperavam que as agências oficiais de crédito restabelessem seus financiamentos. A previsão para 1987 consigna, a este título, a soma de 1.192 milhões de dólares (contra 283 milhões efetivos em 1987). Ora, desde janeiro, parece que o único empréstimo oficial foi o da França, de valor insignificante. A obtenção de mais de 500 milhões de dólares parece improvável.

Outro motivo de preocupação é o previsto refinanciamento de 862 milhões, por parte do Clube de Paris. Este depende, sobretudo, de um relatório favorável do FMI, que deve ser apresentado até 15 de julho. Se não houver, porém, uma mudança radical na política de nosso governo, esse relatório dificilmente será favorável. Além disso, prevê-se um ingresso líquido de 350 milhões de dólares a título de investimentos estrangeiros (contra o déficit de 115 milhões de dólares, em 1986), que parece muito otimista.

Devido a estas diferenças e revisões, as necessidades de recursos poderão subir cerca de 5 bilhões de dó-

lares, superando o montante de juros que o País teria de pagar sem a moratória e as economias que vêm sendo feitas graças à moratória. Diante dessa perspectiva, a moratória terá de ser mais ampla, de modo a abranger a amortização de empréstimos do Banco Mundial e do FMI, o que acarretaria a suspensão dos empréstimos oficiais que melhor atendem aos interesses do País.

Se o Brasil assentisse em discutir com o FMI a elaboração de um programa bem menos recessionista do que será a ausência de qualquer programa, teria, sem dúvida, todas as condições para obter recursos do Clube de Paris, das agências oficiais e dos bancos credores e, assim, afastar o risco de uma recessão por asfixia cambial.

Os bancos credores sabem analisar os dados. É pena que nossos "políticos" não saibam fazer nem as contas mais simples e, por isso, não possam descobrir que a moratória parcial conduz o Brasil a uma moratória mais ampla e sem nenhuma vantagem para a economia nacional.